



64
70

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293721-7

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: ENGECOL Fernando G. Dias Emp. Ltda e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSO VIRTUAL. DESÍDIA DA FAZENDA PÚBLICA. LEI COMPLEMENTAR 118/2005. INTERRUÇÃO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL PELO DESPACHO DETERMINANDO A CITAÇÃO DO EXECUTADO. DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. SENTENÇA MANTIDA. 1. Registrou-se que, nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife. 2. Ou seja, ao Município exeqüente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente. 3. Por outro lado, observou-se que, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor. No entanto, com a entrada em vigor da referida Lei Complementar, o simples despacho do Juiz determinando a citação do executado passou a ter o condão de interromper a contagem do prazo prescricional. 4. No caso concreto, o despacho ordinatório da citação foi exarado em 30.08.2005, quando já em vigor a Lei Complementar 118/2005, o que interrompeu a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 174, *caput*, do CTN. 5. No entanto, a despeito da existência de despacho (na forma virtual) determinando a citação do executado, datado do dia 30.08.2005, os autos permaneceram paralisados até outubro de 2010 (*por mais de cinco anos*), quando foram materializados na 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital e a Fazenda exeqüente interpôs a petição de fls. 05/06 (em 27.10.2010), na qual requeria a citação do executado por intermédio de oficial de justiça. 6. Assim, até a materialização dos autos físicos, em outubro de 2010, a responsabilidade para com a demora na tramitação do feito foi exclusiva da Fazenda Pública. 7. Nessa conjuntura, atendida a regra legal imposta pelo art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80, relativa à oitiva da Fazenda exeqüente acerca de causas interruptivas ou suspensivas do lapso prescricional (intimação sobre a exceção de pré-executividade), é de se reconhecer a prescrição dos créditos em tela. 8. Apelo improvido, em ordem a manter a sentença proferida na instância *a quo*.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0293721-7, acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 28 de *Set.* de 2013 (data do julgamento)

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293721-7

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: ENGECOL Fernando G. Dias Emp. Ltda e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta pelo Município do Recife contra sentença prolatada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital, que, nos autos da Execução Fiscal nº 001.2005.089906-7, decretou de ofício a prescrição do crédito tributário relativo à IPTU e Taxas Imobiliárias.

Em retrospecto, observo que, após a distribuição virtual do feito em 30.08.2005, foi determinada a citação do executado em despacho (na forma virtual) proferido às fls. 02 dos autos, em 30.08.2005.

Em certidão às fls. 04, a Secretaria da Vara informou que os autos do processo foram recebidos fisicamente na 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais em 07.10.2010.

A Fazenda exeqüente, em petição protocolada em 27.10.2010, juntada às fls. 05/06, requereu a citação do Executado, por intermédio de oficial de justiça, nos termos do art. 8º, inc. III, da Lei 6.830/80.

Na seqüência, a Atila Assistência Técnica de Eletrodoméstico Ltda interpôs exceção de pré-executividade na qual alegou que a Fazenda exeqüente foi desidiosa, pois, apesar de ter interposto a execução fiscal em 30.08.2005, apenas materializou os autos na Secretaria da 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais do Recife em 07.10.2010, mostrando seu desinteresse na satisfação do crédito exeqüendo.

Instada a falar sobre a exceção de pré-executividade (despacho às fls. 21), a Fazenda exeqüente, em petição protocolada em 06.09.2011, juntada às fls. 23/35, argumentou, preliminarmente, (i) a ilegitimidade da excipiente, posto que, da análise dos autos, não houve *"demonstração de propriedade ou posse caracterizadora do contribuinte do IPTU e taxas"*; e, no mérito, que: (ii) a execução fiscal foi proposta dentro do quinquênio legal, não havendo que se falar em prescrição; (iii) *"a Exequente deu efetivo cumprimento ao princípio da provocação, cabendo ao Poder Judiciário – dentro de suas possibilidades – o cumprimento do impulso processual"*; (iv) a demora na citação do executado ocorreu por motivos inerentes à Justiça (Súmula 106, do STJ); (v) o prazo prescricional se interrompe *"pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal"*.

Ao final, a Fazenda exeqüente requereu a penhora *on line* no valor de R\$ 13.147,14 (treze mil, cento e quarenta e sete reais e quatorze centavos) suficientes à satisfação do crédito tributário.

Ato contínuo, no dia 27.08.2012, o magistrado *a quo* extinguiu o feito nos seguintes termos:

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

A excipiente ATILA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE ELETRODOMÉSTICO LTDA, não comprovou a sua legitimidade e interesse de agir na sua exceção de pré-executividade e, sendo assim, acato a preliminar da Fazenda Municipal e por consequência, rejeito a exceção de pré-executividade de fls. 05/11.

(...)

Em face do exposto, DECLARO, DE OFÍCIO a prescrição dos créditos tributários referentes aos exercícios fiscais representados pela respectiva CDA de fls. 03, nos termos do art. 174 do CTN, com aplicação do art. 156, V, do CTN e, por via de consequência, DECRETO a extinção do presente processo de execução fiscal, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Aguarde-se o prazo de interposição do recurso voluntário. Em seguida, sendo o débito tributário atualizado superior a 60 (sessenta) salários mínimos, subam os autos para reexame obrigatório (art. 475, § 2º, do CPC).

Na sequência, o exeqüente interpôs recurso de apelação (fls. 43/48), argüindo, em suma, que: (i) a execução fiscal de que se trata foi ajuizada *“tempestivamente, em 30 de agosto de 2005, com requerimento de citação do Executado, despachado pelo Douto Magistrado na própria inicial, na mesma data”*; (ii) a distribuição virtual das execuções fiscais, evita *“a impressão/materialização de execuções fiscais antes da ocorrência da citação do executado”*; (iii) o prazo prescricional se interrompe *“pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal”*; (iv) a demora na citação do executado ocorreu por motivos inerentes à Justiça (Súmula 106 do STJ).

Decorreu *in albis* o prazo para apresentação das contra-razões.

É o que importa relatar.

Desnecessária a intervenção ministerial, nos termos da Súmula 189 do STJ.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 15 de abril de 2013


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

65
AP

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293721-7

APELANTE: Município do Recife (Fazenda Municipal)

APELADO: ENGECOL Fernando G. Dias Emp. Ltda e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Registro, de início, que os créditos tributários em exame foram constituídos, mediante lançamento de ofício, nos anos de 2000, 2001, 2002 e 2003 e a ação iniciada virtualmente no ano de 2005, sendo proferida a sentença em 27.08.2012, com o reconhecimento da prescrição dos créditos tributários em tela.

Nas execuções fiscais virtuais, fundamentadas em convênio firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura Municipal, os processos iniciam digitalizados, com distribuição eletrônica, e seu controle, até a emissão do mandado citatório, pertence à Prefeitura do Recife.

Ou seja, ao Município exeqüente (e principal interessado no feito) cabe, após realizar a distribuição eletrônica e expedir o mandado de citação, imprimir as peças processuais e enviar os autos "físicos" à vara competente.

Por outro lado, observo que, antes do advento da LC 118/2005, a interrupção da prescrição dava-se com a citação válida do devedor. No entanto, com a entrada em vigor da referida Lei Complementar, o simples despacho do Juiz determinando a citação do executado passou a ter o condão de interromper a contagem do prazo prescricional.

No caso concreto, o despacho ordinatório da citação foi exarado em 30.08.2005, quando já em vigor a Lei Complementar 118/2005, o que interrompeu a contagem do prazo prescricional de que trata o art. 174, *caput*, do CTN.

No entanto, a despeito da existência de despacho (na forma virtual) determinando a citação do executado, datado do dia 30.08.2005, os autos permaneceram paralisados até outubro de 2010 (*por mais de cinco anos*), quando foram materializados na 2ª Vara dos Executivos Fiscais Municipais da Capital e a Fazenda exeqüente interpôs a petição de fls. 05/06 (em 27.10.2010), na qual requeria a citação do executado por intermédio de oficial de justiça.

Assim, até a materialização dos autos físicos, em outubro de 2010, a responsabilidade para com a demora na tramitação do feito é exclusiva da Fazenda Pública.

Nessa conjuntura, atendida a regra legal imposta pelo art. 40, §4º, da Lei nº 6.830/80, relativa à oitiva da Fazenda exeqüente acerca de causas interruptivas ou suspensivas do lapso prescricional (intimação sobre a exceção de pré-executividade), é de se reconhecer a prescrição dos créditos em tela.

AP3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

66
20

Com esses fundamentos, **nego provimento** ao **recurso de apelação**, em ordem a manter a sentença proferida na instância *a quo*.

É como voto.

Recife, 25 de Maio de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator